

1 **4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE**
2 **ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 27 DE FEVEREIRO DE 2014.**

3 Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2014 às oito horas, na Secretaria de
4 Ação Social teve início a quarta reunião Extraordinária do Conselho Municipal de
5 Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da
6 Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento às Pessoas com
7 Deficiência. Estiveram presentes na reunião **dez (10) conselheiros: quatro (4) do**
8 **poder público e seis (6) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros**
9 **titulares:** Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, Carlos Donizete Moreira
10 Mattos, José Fernando Siqueira da Silva, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão,
11 Raquel Renzo da Silva, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes
12 da Paixão, Selma Cristina Antoniette Badoco, Josiane Aparecida Antunes de
13 Campos; **Conselheiros suplentes:** Solange Aparecida de Matos Galhardo, Clóves
14 Plácido Barbosa, Juliana Bertazzi Passone. **Conselheiros na titularidade:** Adriana
15 da Silva Bazon Porfírio, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela. **Com a**
16 **seguinte pauta: Assuntos:** Proposta do Órgão Gestor de adesão ao Programa de
17 Atenção Integrada à Pessoa com Deficiência sensorial ou intelectual acima de 30
18 anos egressas da área da educação e proposta de execução pela APAE – Franca;
19 Deliberação sobre a inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e
20 famílias – Abrigo, pela entidade “Casa de Acolhida - Filhos Prediletos”; Deliberação
21 sobre a inscrição do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de
22 medidas socioeducativas - LA e PSC - pela entidade inscrita no CMAS – ESAC;
23 Parecer do PMAS – Estado - sobre alterações na rede executora; Constituição de
24 comissão para organização do Pleito CMAS 2014 (renovação de 1/3 do colegiado);
25 Proposta da SEDAS para utilização de recurso federal de SCFV. A presidente Tina
26 iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e cumprimentou as
27 representantes da DRADS - Franca, Talismara G. Molina e Renata Fernandes, que
28 estarão trazendo informações e esclarecimentos referentes ao Programa de Atenção
29 Integrada à Pessoa com Deficiência. Em seguida foram apresentadas as
30 justificativas de ausência dos conselheiros: Pe.Celio, Elisa e Tereza. Após, Tina
31 realizou a leitura da pauta que foi aprovada sem alterações. A ata da reunião
32 ordinária do dia 20 de Fevereiro de 2014 foi lida pela conselheira Fernanda, e
33 também foi aprovada sem alterações. Dando início aos assuntos da reunião
34 referente proposta do Órgão Gestor de Adesão ao Programa de Atenção Integrada à
35 Pessoa com Deficiência Sensorial ou Intelectual, Tina passou a palavra às

representantes da DRADS. Talismara e Renata apresentaram as informações sobre o referido programa, esclarecendo que a resolução SEDS nº 006/2012 estabeleceu que as pessoas com deficiência sensorial e intelectual acima de 30 anos egressas da área da educação serão absorvidas pela rede socioassistencial nos Serviços de Habilitação e Reabilitação e Promoção à Vida Comunitária. A Assistência Social vem assumindo, a cada ano, uma porcentagem da demanda existente e que até 2017 assumirá a totalidade da demanda. Disse que para o município de Franca foram disponibilizadas 07 (sete) vagas para esse ano de 2014 e o valor do cofinanciamento é de R\$ 63,80 (sessenta e três reais e oitenta centavos) por pessoa, totalizando um valor mensal de R\$ 446,60 (quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos). Talismara enfatizou que o valor de cofinanciamento refere-se a uma complementação, considerando que o custo deste serviço é bem maior. O conselheiro Márcio solicitou informações sobre os instrumentais para a Prestação de Contas e Talismara explicou que os instrumentais são os mesmos que já são utilizados nos outros convênios. Tina esclareceu que a APAE se propõe a aceitar o cofinanciamento do Estado referente ao referido Programa e ressaltou que a entidade já atende essas pessoas na área da assistência social e que o valor repassado será a título de complementação, pois importância não permite a realização de um novo projeto. Solicitou a manifestação dos conselheiros quanto a proposta apresentada, sendo aprovada por todos. As representantes da DRADS informaram que iriam se retirar da reunião naquele momento em razão de outros compromissos assumidos. Dando seguimento, Tina apresentou o Relatório e Parecer da inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias executado pela Casa de Acolhida “Filhos Prediletos”, informando que ela juntamente com a conselheira Selma realizaram a visita na Entidade no último dia 25 de Fevereiro. Disse que as conselheiras tiveram que se organizar para conseguir cumprir com o curto prazo que a comissão teve para realizar a análise da inscrição e destacou que foi um processo um pouco mais complicado uma vez que a entidade já iniciou a execução do serviço, anteriormente a inscrição no CMAS. Após a leitura do parecer, passaram-se às discussões. Tina disse que a entidade está comprometida com o trabalho, porém ainda percebem o trabalho como uma missão religiosa, considerando que o grupo já desenvolvia um serviço junto a esse público com caráter religioso. As conselheiras fizeram algumas considerações sobre o espaço físico, apontando que as condições de habitabilidade e higiene estão um pouco prejudicadas, os quartos não são muito arejados, além do alto número de usuários

71 por dormitório. Alguns conselheiros apontaram a importância de se oferecer um
72 espaço físico adequado, com quartos e camas que comporte o número de
73 atendidos, sem improvisações, com condições apropriadas à situação de acolhida.
74 Cloves ressaltou que o valor que está sendo repassado para entidade na realização
75 do serviço, exige da mesma um Plano de Trabalho que ofereça condições
76 satisfatórias de atendimento. A conselheira Juliana questionou a capacidade de
77 atendimento da entidade, informando que no Serviço de Acolhimento para Crianças,
78 se existe a intenção de comportar 20 pessoas é fundamental que essas tenham
79 espaço físico, dormitórios, camas, sanitários adequados para a demanda. Observou
80 ainda, que é dever da Entidade cumprir as normativas para execução do serviço.
81 Tina destacou que o serviço está em fase de transição e que a entidade assumiu
82 este serviço a pouco mais de um mês. Ressaltou que o reordenamento do serviço é
83 uma questão urgente e que um acompanhamento sistemático deverá ser realizado
84 na entidade. O conselheiro José Fernando disse que é importante potencializar a
85 estrutura já oferecida pela entidade e que as mudanças serão passos seguintes para
86 a construção do serviço. A conselheira Cida reforçou que é de responsabilidade do
87 gestor visitar, acompanhar e observar. Márcio disse que a primeira providência a ser
88 tomada é encaminhar para o órgão gestor a deliberação de inscrição do CMAS
89 contendo as questões apontadas no relatório. Cloves apontou que no seu
90 entendimento todas as entidades têm o direito de se inscrever no CMAS e que a
91 partir do momento que se abre o CNPJ a inscrição deve ser dada. Tina propôs como
92 encaminhamento a definição sobre a inscrição da entidade Casa de Acolhida “Filhos
93 Prediletos”, sendo deliberado pelo deferimento da inscrição do serviço da entidade,
94 com o encaminhamento ao Órgão Gestor das questões apresentadas nas
95 discussões e no relatório de visita com relação as adequações necessárias na
96 estrutura física, bem como, adequação do Serviço de Acolhimento Institucional
97 conforme prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e
98 Orientações Técnicas para melhoria do atendimento ofertado ao público alvo do
99 serviço. Dando seguimento à pauta, Tina concedeu a palavra para a conselheira
100 Raquel que analisou o Plano de Ação referente ao Serviço de Proteção Social a
101 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas - LA e PSC, que será
102 realizado pela ESAC. Raquel informou que realizou a visita na ESAC apontando que
103 a entidade já possui inscrição no CMAS e desenvolve atualmente o Serviço de
104 Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes e que foi
105 selecionada pelo Órgão Gestor para a execução desse novo Serviço, que

106 anteriormente era executado pelo CREAS. Disse que na data da visita a entidade
107 ainda não havia iniciado a execução do serviço. Após a leitura do parecer
108 passaram-se as discussões. A conselheira Fernanda, assistente social da ESAC,
109 apresentou informações sobre as ações realizadas até o momento e esclareceu que
110 durante todo mês de fevereiro fez contato com a equipe do CREAS e que durante
111 esse período colheu as informações necessárias sobre os usuários atendidos. Disse
112 o serviço foi efetivamente iniciado no dia 26 de fevereiro de 2014. Afirmou que a
113 equipe está bastante envolvida no serviço e ressaltou que a entidade oferecerá toda
114 a estrutura que já possui aos usuários desse serviço. O professor José Fernando
115 lembrou sobre a possibilidade de parceria com a UNESP para execução de um
116 projeto de extensão universitária junto a esse serviço. Márcio falou da importância de
117 se buscar a qualidade na execução desse serviço apontando os resultados positivos
118 quando este atendimento era oferecido pelo antigo Mosaico, que foi modelo no
119 município. Após discussões, os conselheiros deliberaram pelo deferimento da
120 inscrição do serviço pela ESAC. Dando seguimento ao próximo assunto, Tina
121 passou a palavra para Maria Amélia que informou que Sistema do PMAS Estadual
122 está aberto para que o Conselho Municipal de Assistência Social apresente um
123 parecer com relação às alterações na rede socioassistencial que foram realizadas
124 pelo Gestor. Porém, em contato com a DRADS, a mesma foi informada de que a
125 adesão ao Programa de Atenção integrada a Pessoa com deficiência também
126 deverá ser inserida no PMAS, portanto será mais viável que o Conselho faça seu
127 parecer depois de realizadas todas as alterações. Maria Amélia elencou todas as
128 alterações que foram feitas no PMAS e esclareceu que algumas foram deliberadas
129 pelo CMAS no exercício anterior e outras estavam sendo deliberadas nesta reunião
130 extraordinária. Disse que essas alterações estão disponíveis no sistema do PMAS e
131 que o parecer é preenchido pela Presidente do CMAS, com senha própria. Tina,
132 convidou os conselheiros que tiverem disponibilidade para ajudar na elaboração do
133 parecer e disse que o colegiado será informado quando o sistema estiver novamente
134 para preenchimento do referido parecer. Dando seguimento na pauta Tina abriu a
135 discussão sobre a realização do Pleito Eleitoral do CMAS. Maria Amélia ressaltou
136 que é preciso publicar a resolução de convocação do Pleito Eleitoral 60 dias antes
137 do vencimento do mandado, conforme regimento interno. Disse que esse prazo se
138 expira no próximo dia 01 de março, considerando que o vencimento do mandado é
139 em 30 de abril. Trouxe o assunto para ser discutido na reunião e apresentou a
140 proposta de constituição de comissão organizadora para realização do Pleito

141 Eleitoral de renovação de 1/3 do colegiado. Márcio disse que não concorda com a
142 publicação dessa resolução, considerando que a proposta de reformulação da Lei de
143 Criação do CMAS já está sendo encaminhada e sugeriu prorrogar o assunto por
144 mais alguns dias e esperar a manifestação da Secretária de Ação Social sobre a
145 possibilidade de aprovação da reformulação num prazo curto, mesmo que seja
146 necessária a prorrogação do mandato dos conselheiros. Os conselheiros definiram
147 pela suspensão provisória do Pleito Eleitoral com a consulta à Secretaria de Ação
148 Social sobre a previsão de aprovação da Lei. Dando continuidade ao próximo
149 assunto, Márcio apresentou a proposta da SEDAS para utilização do recurso federal
150 para cofinanciamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
151 Disse que o município recebeu o valor correspondente ao atendimento de 50% do
152 público prioritário referente às parcelas de outubro, novembro e dezembro de 2013 e
153 do trimestre de janeiro, fevereiro e março de 2014 que perfazem um total de R\$
154 297.000,00 (Duzentos e noventa e sete mil reais). Informou que a proposta refere-se
155 ao pagamento às entidades executoras do serviço o piso de R\$ 140,00 (cento e
156 quarenta reais) para cada usuário identificado como público prioritário, utilizando
157 como referência a relação nominal do mês de Março/2014 e sendo utilizado somente
158 o recurso recebido neste exercício. Tina lembrou que essa proposta já havia sido
159 apresentada pelo Órgão Gestor, quando foi realizado o aceite do Reordenamento do
160 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no ano passado. Após
161 esclarecimentos o colegiado aprovou a proposta da SEDAS. Em seguida Marcio
162 apresentou outra proposta da Secretaria de Ação Social para apoio à gestão dos
163 núcleos descentralizados e disse que caso o colegiado concorde o Órgão Gestor
164 fará um repasse no valor de R\$ 28.637,50 (vinte e oito mil seiscentos e trinta e sete
165 reais e cinquenta centavos), em parcela única, que poderá ser utilizado para custeio
166 e adaptações ao espaço físico, ressaltando que esse repasse será apenas para as
167 entidades que farão a execução do serviço de convivência e fortalecimento de
168 vínculos de crianças e adolescentes nas regiões apontadas pelo Órgão Gestor,
169 referente as 450 vagas expandidas neste ano. Para tanto serão utilizados: R\$
170 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) de recursos próprios do município e R\$
171 89.100,00 (oitenta e nove mil e cem reais) do recurso federal a ser reprogramado
172 neste ano. Marcio apresentou um quadro com as regiões, número de vagas e as
173 entidades que poderão ser parceiras no desenvolvimento do serviço. Observou-se
174 que algumas regiões ainda não têm instituições definidas e outras ainda estão em
175 negociação. Tina questionou se essas regiões que não tem instituições parceiras

176 definidas, caso não sejam inscritas no conselho, como ficaria o início de execução
177 do serviço. Marcio disse que a proposta é para que todas as entidades iniciem já no
178 mês de Março e que aquelas que não são inscritas terão o prazo de 60 dias para
179 providenciar essa inscrição no CMAS, conforme já previsto na Lei Municipal de
180 subvenção. Alguns conselheiros manifestaram-se contrários à execução de serviços
181 socioassistenciais antes da inscrição no CMAS, ficando acordado que as entidades
182 que não possuem inscrição iniciarão a execução do serviço somente após a
183 deliberação de inscrição no colegiado. O conselheiro Cloves fez alguns
184 questionamentos quanto ao processo de seleção de entidades para execução de
185 serviços novos e entende que o processo deve ser mais transparente e divulgado
186 por meio de edital, de forma que garanta o direito a todas as entidades que quiserem
187 passar pelo processo seletivo. Marcio apontou que todos os processos de seleção
188 de entidades são feitos de forma transparente pelo Órgão Gestor. Finalizando as
189 discussões Tina agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, sendo a ata
190 lavrada pela secretária executiva do CMAS.

191